



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS
REITORIA**

**PROCESSO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL Nº 23041.037401/2016-18
PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 23041.026515/2016-24
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 17/2016
UASG Nº: 158147**

PUBLICADO DOU
nº 11, de 16/01/2017
Pág. 41, Seção 3

TERMO DE CONTRATO Nº
03 /2017/REITORIA, QUE FAZEM
ENTRE SI O INSTITUTO FEDERAL DE
ALAGOAS E A EMPRESA LINK CARD
ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS
EIRELI - EPP.

O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS – REITORIA, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, inscrito no CNPJ sob o nº 10.825.373/0001-55, com sede na Rua Dr. Odilon Vasconcelos, Nº 103, Jatiúca, na cidade de Maceió, do Estado de Alagoas, CEP 57035.660, neste ato representado pelo seu Magnífico Reitor **Sr. Sérgio Teixeira Costa**, nomeado pelo Decreto de 22 de abril de 2015, publicada no DOU de 23 de abril de 2015, portador(a) da carteira de identidade nº 300.506 - expedida pela SSP/AL, e inscrito no CPF nº 140.341.074-72, doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa **LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI - EPP**, inscrita no CNPJ/MJ sob o nº 12.039.966/0001-11, sediada na Rua Rui Barbosa, nº 449, Sala 03, Centro, Buri, São Paulo, CEP: 18.290-000, neste ato representado por seu representante legal **Sr. Marcelo de Oliveira Lima**, portador da carteira de identidade 33988143-4 – expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF sob o nº 310.580.618-01, doravante designada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no **Processo de Execução Contratual nº 23041.037401/2016-18 e Processo Licitatório nº 23041.026515/2016-24** e em observância às disposições e alterações das Leis nºs 8.666/1993, 8.078/1990, 9.784/1999 e 10.520/2002, dos Decretos nºs 2.271/1997, 3.722/2001, 5.450/2005, 7.203/2010, 7.892/2013, 8.135/2013 e 8.538/2015, e das Instruções Normativas SLTI/MP nº 02, de 30/04/2008, nº 02, de 11/10/2010, nº 02, de 16/08/2011, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico SRP nº 17/2016**, mediante as cláusulas e condições adiante expressas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de intermediação, administração e gerenciamento informatizados, utilizando a tecnologia de cartão eletrônico ou microprocessado, para o fornecimento de combustíveis para os veículos oficiais (automóveis tipo passeio, pick-ups,

vans, caminhões, ônibus, micro-ônibus, tratores, acoplados, geradores e equipamentos agrícolas) para a Reitoria, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital e seus anexos do Pregão, identificado no preâmbulo, e à proposta vencedora, independente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

Descrição	Unidade	Quantidade anual	Preço Unitário	Valor mensal	Valor anual
Gasolina Comum	Litro	40.000	R\$ 3,7900	R\$ 12.633,33	R\$ 151.600,00
Óleo Diesel	Litro	40.000	R\$ 3,0170	R\$ 10.056,67	R\$ 120.680,00
Etanol	Litro	40.000	R\$ 3,2100	R\$ 10.700,00	R\$ 128.400,00
Óleo Diesel S10	Litro	40.000	R\$ 3,1300	R\$ 10.433,33	R\$ 125.200,00
Agente redutor líquido de óxidos de nitrogênio (Nox) - ARLA	Litro	2.000	R\$ 2,8900	R\$ 481,67	R\$ 5.780,00
TOTAL GERAL				R\$ 44.305,00	R\$ 531.660,00

1.4. A Taxa de Administração, ofertada pela Contratada no certame, convertida em percentual é de **1,5% (um vírgula cinco por cento)**, e será aplicada sobre os serviços e produtos efetivamente utilizados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, com início em 13/01/2017 e encerramento em 13/01/2018, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente.

2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço.

2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e

2.1.4. A Contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação, preferencialmente, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência do Contrato.

2.2. A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.3. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

2.3.1. Previamente à prorrogação, a Administração realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como à manutenção das demais condições de habilitação, como a CNDT, CEIS, CADIN, CNIAI, declaração de que não emprega menor e outras constantes do Termo de Referência e Edital, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

2.3.1.1. Na hipótese de irregularidade dos registros, a Contratada deverá regularizar a sua situação perante o órgão cadastrador no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste Contrato, no Edital e anexos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor estimado mensal da contratação é de **R\$ 44.313,46 (quarenta e quatro mil, trezentos**

e treze reais e quarenta e seis centavos), perfazendo o valor estimado total de **R\$ 531.761,50** (quinhentos e trinta e um mil, setecentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos) para 12 meses.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

3.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas oriundas deste contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 201_, na seguinte classificação: Gestão/Unidade – 26402/158147, Fonte – 0112000000, Programa de Trabalho – 108890, Elemento de Despesa – 339039 e 339030, PI – L20RLP0100N.

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura, contendo o detalhamento dos serviços executados e os materiais empregados, segundo as orientações contidas no Termo de Referência, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

5.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura com o atesto definitivo, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

5.3. A apresentação da Nota Fiscal/Fatura deverá ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data final do período de adimplemento da parcela da contratação a que aquela se referir.

5.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” ou recebimento definitivo pelo servidor competente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados e aos materiais empregados, e cumpridas as exigências para pagamento constante no Termo de Referência, sem o que não poderá ser efetuado o pagamento correspondente, salvo no caso previsto no §4º, do art. 74 da Lei 8.666/1993.

5.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

5.6. Nos termos do artigo 36, § 6º, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

5.6.1. Não produziu os resultados acordados;



5.6.2 . Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

5.6.3 . Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.7 . Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.8 . Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e ao CADIN para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

5.9 . Constatando-se, junto ao SICAF ou ao CADIN, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante, após pedido formal da Contratada devidamente justificado.

5.10 . Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.11 . Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa.

5.12 . Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.13 . Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente no SICAF.

5.14 . Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.14.1 . A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.15 . A Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

5.16 . Os serviços prestados deverão ser computados rigorosamente no período compreendido entre o primeiro e o último dia de cada mês e as faturas deverão ser entregues no endereço do IFAL indicado no preâmbulo.

5.17 . Os pagamentos estarão condicionados à apresentação da Nota Fiscal de Serviços/Fatura e do comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais.

5.18 . Nos casos de eventuais atrasos de pagamento por culpa da Contratante, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, será calculada mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = encargos moratórios;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da prestação a ser paga;

I = índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$\begin{array}{lcl} I = TX & \rightarrow & I = \frac{6}{100} \rightarrow I = 0,00016438 \\ 365 & & TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%. \end{array}$$

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE DE PREÇOS

6.1. O valor consignado no contrato é fixo e irreajustável.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela Contratada, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela Contratante são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a prestação do serviço do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações previstas no Termo de Referência, como o sistema de controle de frotas e relatórios, entre outros.

8.1.2. Executar os serviços conforme especificações do Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas no Termo de Referência e em sua proposta;

8.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, arcando com os possíveis ônus decorrentes;

8.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 12, 13, 14 e 17 a 27, da Lei nº 8.078/1990, ficando a Contratante autorizada a descontar dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

8.1.7. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.1.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

8.1.10. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no

prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

8.1.11. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

8.1.12. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

8.1.13. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

8.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

8.1.17. Garantir a execução dos serviços sem interrupção e de acordo com a estratégia de prestação de serviços estabelecida no Termo de Referência;

8.1.18. Assumir a responsabilidade pelas obrigações fiscais e os recolhimentos de imposto, taxas, contribuições e demais ônus federais, estaduais e municipais e demais, bem como toda e qualquer despesa que incidia ou venham a incidir sobre a execução do objeto, que não tenham sido objeto de ressalva em outras cláusulas;

8.1.19. Assumir todos os custos dos serviços que tiverem de ser refeitos, bem como pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, em virtude de omissões ou atrasos de sua responsabilidade;

8.1.20. Entregar à Contratante toda a documentação produzida durante a execução dos serviços;

8.1.21. Manter o endereço, contato telefônico e eletrônico, dados do SICAF permanentemente atualizados, sob pena de aplicação de penalidades.

8.1.22. Obedecer a estratégia de fornecimento e recebimento do objeto, conforme previsto no Item 9 do termo de Referência, e cumprir as obrigações estabelecidas no Item 11, 15 e 16 do mesmo.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Além das descritas no Termo de Referência e do Edital, são obrigações da Contratante:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.1.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

9.1.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

9.1.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste instrumento, no Edital e seus anexos;

9.1.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada;

9.1.6. Proporcionar as facilidades necessárias para que a Contratada possa executar os serviços



dentro das normas estabelecidas;

9.1.7 . Impedir que pessoas não autorizadas pela Contratada executem os serviços;

9.1.8 . Indicar um fiscal de contrato que deverá ser um servidor do próprio órgão para acompanhar e fiscalizar os serviços e seus efeitos;

9.1.9 . Certificar as notas fiscais emitidas;

9.1.10 . Rejeitar, no todo ou em parte, os itens entregues fora das especificações;

9.1.11 . Manter arquivada, junto ao processo administrativo, toda a documentação referente ao mesmo;

9.1.12 . Expedir autorização para o início da prestação dos serviços, registrando nos autos a data do seu efetivo início;

9.1.13 . Cumprir as obrigações previstas no Item 10 do Termo de Referência.

10 . CLÁUSULA DÉCIMA – PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E SEU RECEBIMENTO

10.1 . A execução do objeto deste contrato, bem como as condições de recebimento, consultoria, suporte técnico e locais de abastecimento, obedecerão as especificações do Termo de Referência, Edital, Processo de Execução Contratual nº 23041.037401/2016-18 e Processo Licitatório nº 23041.026515/2016-24 e Pregão nº 17/2016, principalmente o Item 9 do Termo de Referência, que faz parte independente de transcrição.

10.2 . A execução dos serviços será iniciada a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Administração, que deverá ocorrer no prazo máximo de 05 dias úteis.

10.3 . Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de até 15 (quinze) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

10.4 . Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

10.5 . Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço executado e materiais empregados, com a consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

10.5.1 . Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

10.6 . O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

10.7 . A Contratada deverá comparecer à sede da Contratante para tratar do gerenciamento da Contratação, cujos assuntos definidos e acertados nas reuniões constituirão de obrigação firmada entre as partes registrados em ata, independente de transcrição, conforme previsto no Item 15 do Termo de Referência.

11 . CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FISCALIZAÇÃO

11.1 . O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Administração, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei n.º 8.666/1993, e do art. 6º

do Decreto n.º 2.271/1997.

11.2 . O representante da Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

11.3 . A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

11.4 . A execução dos contratos deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos aspectos mencionados no art. 34 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, quando for o caso.

11.5 . O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/1993.

11.6 . A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada junto ao documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

11.7 . O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.8 . O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Contrato, no Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666/1993.

11.9 . As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2008, aplicável no que for pertinente à contratação.

11.10 . A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

11.10.1 . Comunicar à Contratada, através de Ordem de Serviço, o início da prestação dos serviços;

11.10.2 . Proceder ao acompanhamento técnico dos serviços e fiscalizar a execução do contrato;

11.10.3 . Notificar a Contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos materiais ou serviços prestados, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

11.10.4 . Comunicar ao representante da Contratada sobre descumprimento do contrato e indicar os procedimentos necessários ao seu correto cumprimento;

11.10.5 . Solicitar à Administração a aplicação de penalidades por descumprimento de cláusula contratual; e

11.10.6 . Atestar os serviços prestados que deverão ser computados rigorosamente no período compreendido entre o primeiro e último dia de cada mês.

11.11 . A Administração poderá conceder um prazo de 05 (cinco) dias úteis para que a Contratada regularize suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir a situação.

11.12 . A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

12 . CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES

12.1 . Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/1993 e da Lei nº 10.520/2002, a Contratada que:

12.1.1 . Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

12.1.2 . Ensejar o retardamento da execução do objeto;

12.1.3 . Fraudar na execução do contrato;

12.1.4 . Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 . Cometer fraude fiscal;

12.1.6 . Não manter a proposta;

12.1.7 . Apresentar documentação falsa;

12.1.8 . Deixar de entregar os documentos exigidos no certame.

12.2 . A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1 . Advertência: por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

12.2.2 . Multa moratória de 0,2 % (dois décimos por cento) por dia no caso de atraso na prestação dos serviços, calculada sobre o valor total atualizado do contrato até o décimo quinto dia e de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total atualizado do contrato do 16º (décimo sexto) dia de atraso até o 30º (trigésimo) dia de atraso, quando será considerada a inexecução parcial ou total do contrato, a critério da Administração, podendo ocorrer a não aceitação do objeto;

12.2.2.1 . Para efeito de aplicação de multa às demais infrações, serão atribuídos graus, conforme as seguintes tabelas:

TABELA 01

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	1,0% do valor total atualizado do Contrato
2	2,0% do valor total atualizado do Contrato
3	3,0% do valor total atualizado do Contrato
4	4,0% do valor total atualizado do Contrato
5	5,0% do valor total atualizado do Contrato

TABELA 02

INFRAÇÃO		GRAU
ITEM	DESCRIÇÃO	
01	Não providenciar substituto para o responsável técnico pela equipe de serviços. Por ocorrência.	01
02	Executar serviço incompleto ou de caráter paliativo, ou deixar de providenciar recomposição complementar. Por ocorrência.	02
03	Fornecer informação falsa de serviço. Por ocorrência.	02
04	Manter funcionários sem qualificação para a execução dos serviços. Por	03

	ocorrência.	
05	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais. Por ocorrência.	04
06	Permitir situação que cria a possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais. Por ocorrência.	05
ITEM	PARA OS ITENS A SEGUIR, DEIXAR DE:	GRAU
07	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos, bem como das cláusulas deste Contrato, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo fiscalizador. Por ocorrência.	01
08	Disponibilizar equipamentos, ferramentas ou ap arelhos necessários à realização dos serviços objeto deste Contrato. Por ocorrência.	01
09	Substituir prestador que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições. Por prestador e por dia.	01
10	Manter a documentação de habilitação atualizada. Por item e por ocorrência.	01
11	Providenciar, nos prazos fixados pelo IFAL, solução de problemas que acarretem falhas na prestação dos serviços. Por ocorrência.	02

12.2.3 . Multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

12.2.3.1 . Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória terá o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, excluindo-se a multa compensatória por inexecução total, e aplicada em dobro na reincidência;

12.2.4 . Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas, pelo prazo de até dois anos;

12.2.5 . Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados e após decorrido o prazo da sanção de suspensão prevista no subitem 12.2.4;

12.2.6 . Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

12.3 . Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

12.4 . Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666/1993, a Contratada que:

12.4.1 . Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

12.4.2 . Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

12.4.3 . Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

12.5 . A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666/1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;

12.6 . A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Contratante, observado o princípio da proporcionalidade.

12.7 . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12.8 . A multa a que alude o subitem 12.2.2 deste Contrato e art. 86, da Lei nº 8.666/1993 não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as outras sanções previstas aqui e na legislação, não se confundindo a multa moratória com a compensatória (subitem 12.2.3 e Art. 87, II, da Lei nº 8.666/1993).

12.8.1 . A multa prevista no subitem 12.2.3 pode ser aplicada conjuntamente com as demais sanções, facultada a defesa prévia da Contratada, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

12.8.2 . As multas aplicadas deverão ser recolhidas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação. Se a multa aplicada não for recolhida no prazo estabelecido, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada o valor devido será cobrado administrativa e/ou judicialmente.

12.9 . A reincidência na aplicação de penalidades de multa, a juízo da Administração Superior da Contratante, poderá acarretar a rescisão do Contrato nos termos da legislação em vigor.

12.10 . As penalidades aplicadas só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificadas e comprovadas a juízo da Administração, desde que formuladas por escrito, fundamentadas em fatos comprováveis, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que a Contratada tomar conhecimento do fato.

13 . CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – RESCISÃO CONTRATUAL

13.1 . O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência e no Edital.

13.2 . Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa.

13.3 . A Contratada reconhece os direitos da Contratante em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666/1993.

13.4 . O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

13.4.1 . Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2 . Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3 . Indenizações e multas.

13.5 . O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pela Contratada, após a concessão de prazo para regularização quando a Administração assim entender, ensejará à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

13.6 . A rescisão deste Contrato poderá ser, aplicando-se o disposto no art. 79 da Lei nº 8.666/1993:

13.6.1 . Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XI e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/1993;

13.6.2 . Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;

13.6.3 . Judicial, nos termos da legislação.

13.7 . A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da Contratante, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos

causados à Contratante, além das sanções previstas neste instrumento.

14 . CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 . Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2 . A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.2.1 . É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3 . As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15 . CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES

15.1 . É vedada, no âmbito do IFAL, a prestação de serviços por familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança por intermédio da contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203/2010.

15.1.1 . Aplicam-se ao presente contrato, no que couber, as demais disposições normativas do Decreto nº 7.203/2010, que trata da vedação do nepotismo no âmbito da administração pública federal.

15.2 . É vedado à Contratada caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

15.3 . É vedado à Contratada interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

16 . CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

16.1 . Incumbirá à Contratante providenciar a publicação do extrato deste Termo de Contrato e de seus eventuais aditamentos na imprensa oficial, até o **5º (quinto) dia útil** do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de **20 (vinte) dias** daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus.

17 . CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS

17.1 . Os casos omissos serão resolvidos pelo Magnífico Reitor do IFAL, com observância das normas de direito público, das legislações dispostas no preâmbulo deste Termo de Contrato e demais normas federais aplicáveis, e, subsidiariamente, das regras contidas na Lei nº 8.078/1990, dos princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado, bem como a jurisprudência, a doutrina e os costumes.

18 . CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 . A Contratante analisará, julgará e decidirá, em cada caso, as questões alusivas a incidentes que se fundamentem em motivos de caso fortuito ou de força maior.

18.2 . Para assegurar rápida solução às questões geradas em face da perfeita execução do presente contrato, fica desde já compilada a Contratada a avisar, por escrito e de imediato, qualquer alteração

em seu endereço, número de telefone e endereço de e-mail.

18.3. As comunicações realizadas através do e-mail devem ter o seu recebimento confirmado em até 02 (dois) dias corridos do seu envio, a partir de quando se dará seu recebimento tácito, estando passível às penalidades previstas neste Termo de Contrato, bem como no Edital e seus anexos, a não atualização dos contatos eletrônico e telefônico da Contratada, seja através do SICAF ou em contato direto com a Contratante.

18.4. A Contratada não poderá alegar, em hipótese alguma, como justificativa ou defesa, desconhecimento, incompreensão, dúvidas ou esquecimentos de cláusulas e condições deste termo de Contrato, do Edital e seus anexos, das especificações técnicas, bem como de tudo o que estiver contido nas normas pertinentes.

19 . CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

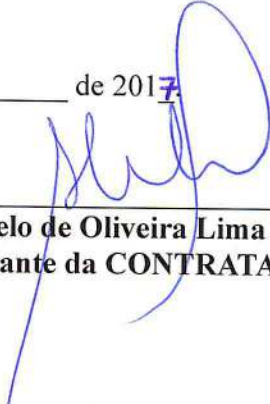
19.1. Fica eleito o foro da Seção Judiciária de Alagoas – Justiça Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

19.2. E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 03 (três) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Maceió(AL), 13 de junho de 2017


Carlos Guedes de Lacerda
Reitor Substituto em Exercício

IFAL
Sérgio Teixeira Costa
Representante da CONTRATANTE


Marcelo de Oliveira Lima
Representante da CONTRATADA

Testemunhas:

NOME: Isadora de Oliveira CPF 077.115.244-20

NOME: Jonata Rodrigui CPF 217.582.958-80



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Alagoas
Reitoria

PORTARIA Nº 1174/GR, DE 03 DE JUNHO DE 2016.

O REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 11 e 12 da Lei nº 11.892, de 29.12.2008, nomeado pelo Decreto de 22 de abril de 2015, publicado no DOU de 23/04/2015, resolve:

I. Nomear CARLOS GUEDES DE LACERDA, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 1085939, para desenvolver as atividades inerentes ao cargo de Reitor, código CD-01, e Ordenador de Despesas, nos afastamentos e impedimentos legais do Reitor; nos afastamentos e impedimentos legais deste, nomear WELLINGTON SPENCER PEIXOTO, Matrícula SIAPE nº 1109445, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico; nos afastamentos e impedimentos legais deste, nomear LUIZ HENRIQUE DE GOUVEA LEMOS, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 6267516; e nos afastamentos e impedimentos legais deste último, nomear ELTON BARROS DO NASCIMENTO, ocupante do cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, Matrícula SIAPE nº 267374.

II. Fica revogada a Portaria nº 1245/GR, de 07/05/2015.


SÉRGIO TEIXEIRA COSTA

Reitor



Espécie: Convênio nº 842244/2016. Processo nº 23034.048035/2016-11.

Participes: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, Unidade Gestora: 153173, Gestão: 15253, e a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/SP, CNPJ/MF nº 46.068.425/0001-33, com a intervenção da UNIAO, representada pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, neste ato representado pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA/SEB.

Objeto: Proceder à avaliação e à consequente seleção de livros didáticos de Sociologia para o Ensino Médio que se inscreveram e foram habilitados de acordo com o Edital 04/2015 de Convocação para o Processo de Inscrição e Avaliação de Obra Didáticas para o Programa Nacional do Livro Didático - PNLD 2018. Os resultados dessa avaliação irão permitir que a Secretaria de Ensino Básico do Ministério da Educação selecione livros de qualidade que, por meio do Guia de Livros Didáticos, irão compor as opções a serem disponibilizadas aos alunos de escolas públicas brasileiras. O processo completo de avaliação das 12 coleções inscritas e habilitadas na área de Sociologia no PNLD 2018 inclui o Livro Didático para os alunos, Manual do Professor e volumes multimídia. Serão produzidos pareceres técnico-pedagógicos capazes de fundamentar, de acordo com a legislação vigente e os parâmetros e princípios que norteiam a educação pública, as aprovações e reprovações de todas as obras, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

Valor aprovado para o Convênio é de R\$ 439.482,46 (quarenta e três mil e quatrocentos e oitenta e dois reais e quarenta e seis centavos), participando o FNDE com R\$ 435.087,64 (quatrocentos e trinta e cinco mil e oitenta e sete reais e sessenta e quatro centavos), e o Convênio com R\$ 4.394,82 (quatro mil e trezentos e nove reais e quatrocentos e dois centavos), a título de contrapartida financeira.

Crédito Orçamentário: Programa de Trabalho: 12368208020r0001, FTR: 108422, Fonte de Recurso: 0113150072, Natureza da Despesa: 333041, Número do Documento: 2016NE801428, de 30/12/2016, no valor de R\$ 435.087,64.

Vigência: 540 dias, a partir da data da sua assinatura até 22/06/2018.

Data e Assinaturas: 30/12/2016 - SILVIO DE SOUSA PINHEIRO - Presidente do FNDE, CPF nº 671.730.715-34, JOSE TADEU JORGE - Reitor, CPF nº 822.997.228-15 e ROSSIELI SOARES DA SILVA - Secretário, CPF nº 659.111.130-15.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

Espécie: Sétimo Termo Aditivo ao Convênio nº 658405/2009. Processo nº 23400.015574/2009-48.

Participes: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, Unidade Gestora: 153173, Gestão: 15253, e o ESTADO DO MATO GROSSO, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO, CNPJ/MF nº 03.507.415/0008-10.

Objeto: Prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência do Convênio nº 658405/2009, nos termos do art. 57, § 1º, inciso II, c/c o art. 116 da Lei nº 8.666/93.

Vigência: 420 dias, de 29/12/2016 até 21/02/2018.

Data e Assinaturas: 28/12/2016 - SILVIO DE SOUSA PINHEIRO - Presidente do FNDE, CPF nº 671.730.715-34 e MARCO AURELIO MARRAFON - Secretário, CPF nº 843.561.701-72.

Espécie: Oitavo Termo Aditivo ao Convênio nº 658780/2009. Processo nº 23400.015937/2009-19.

Participes: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, Unidade Gestora: 153173, Gestão: 15253, e o Estado de MATO GROSSO, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO/MT, CNPJ/MF nº 03.507.415/0008-10.

Objeto: Prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência do Convênio nº 658780/2009, nos termos do art. 57, § 1º, inciso II, c/c o art. 116 da Lei nº 8.666/93.

Vigência: 427 dias, de 29/12/2016 até 28/02/2018.

Data e Assinaturas: 28/12/2016 - SILVIO DE SOUSA PINHEIRO - Presidente do FNDE, CPF nº 671.730.715-34 e MARCO AURELIO MARRAFON - Secretário, CPF nº 843.561.701-72.

Espécie: Sexto Termo Aditivo ao Convênio nº 703202/2010. Processo nº 23400.009124/2010-23.

Participes: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, Unidade Gestora: 153173, Gestão: 15253, e o ESTADO DO MATO GROSSO, representado pela SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MATO GROSSO, CNPJ/MF nº 03.507.415/0008-10.

Objeto: Prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência, e alteração do cronograma de desembolso do Convênio nº 703202/2010, nos termos do art. 57, § 1º, inciso II e VI, c/c o art. 116 da Lei nº 8.666/93.

Vigência: 395 dias, de 29/12/2016 até 27/01/2018.

Data e Assinaturas: 28/12/2016 - SILVIO DE SOUSA PINHEIRO - Presidente do FNDE, CPF nº 671.730.715-34 e MARCO AURELIO MARRAFON - Secretário, CPF nº 843.561.701-72.

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 807225/2014. Processo nº 23400.000028/2014-43.

Participes: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, Unidade Gestora: 153173, Gestão: 15253, e a UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE - UNICENTRO/PR, CNPJ/MF nº 17.902.914/0001-72, COM A INTERVENIÊNCIA DA UNIAO, representada pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, neste ato REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/SESU.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032017011600041

Objeto: Prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência, e alteração do cronograma de desembolso do Convênio nº 807225/2014, nos termos do art. 57, § 1º, inciso VI, c/c o art. 116 da Lei nº 8.666/93.

Vigência: 365 dias, de 29/12/2016 até 28/12/2017.

Data e Assinaturas: 28/12/2016 - SILVIO DE SOUSA PINHEIRO - Presidente do FNDE, CPF nº 671.730.715-34, ALDO NELSON BONA - Reitor, CPF nº 616.385.529-91 e Paulo Monteiro Braga Barone - Secretário, CPF nº 453.821.406-00.

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 815208/2014. Processo nº 23400.000143/2014-18.

Participes: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, Unidade Gestora: 153173, Gestão: 15253, e a UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ, CNPJ/MF nº 79.151.312/0001-56, com a INTERVENIÊNCIA DA UNIAO, REPRESENTADO PELA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/SESU.

Objeto: Prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência, e alteração do cronograma de desembolso do Convênio nº 815208/2014, nos termos do art. 57, § 1º, inciso VI, c/c o art. 116 da Lei nº 8.666/93.

Vigência: 500 dias, de 29/12/2016 até 12/05/2018.

Data e Assinaturas: 28/12/2016 - SILVIO DE SOUSA PINHEIRO - Presidente do FNDE, CPF nº 671.730.715-34, MAURO LUCIANO BASSO - Reitor, CPF nº 387.386.519-04 e PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE - Secretário, CPF nº 453.821.406-00.

Espécie: 6º Termo Aditivo ao Convênio nº 701412/2011. Processo nº 23400.004027/2011-25.

Participes: FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO - FNDE, CNPJ/MF nº 00.378.257/0001-81, Unidade Gestora: 153173, Gestão: 15253, e a UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL/RS, CNPJ/MF nº 04.732.975/0001-65, com a intervenção da UNIAO, representada pelo MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, neste ato representado pela SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR/SESU.

Objeto: Prorrogação do prazo de execução e do prazo de vigência do Convênio nº 701412/2011, nos termos do art. 57, § 1º, inciso II c/c do art. 116 da Lei nº 8.666/93.

Vigência: 391 dias - de 31/12/2016 até 25/01/2018.

Data e Assinaturas: 30/12/2016 - SILVIO DE SOUSA PINHEIRO - Presidente do FNDE, CPF nº 671.730.715-34, ARISA ARAUJO DA LUZ - Reitora, CPF nº 367.194.200-20 e PAULO MONTEIRO VIEIRA BRAGA BARONE - Secretário, CPF nº 453.821.406-00.

AVISO DE PENALIDADE

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE torna público que foi aplicada à empresa PAPELARIA DIMENSIONAL LTDA ME (CNPJ nº 13.970.625/0001-28) a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de três meses, com o devido registro no SICAF, a contar de 16/01/2017 até 16/04/2017, por ter deixado de apresentar a documentação de habilitação nos itens 85 e 91 quando convocada pelo Pregoeiro, no âmbito do Pregão Eletrônico nº 37/2015 que tem por objeto o Registro de Preços para eventual aquisição de material de expediente, configurando o cometimento de infração nos termos do subitem 18.1.4 do edital de licitação e do artigo 7º da Lei nº 10.520/2002. A penalidade é resultado da apuração de irregularidades realizadas por meio do processo administrativo nº 23024.015871/2016-10, procedimento em que foi propiciada à empresa a ampla defesa e observado o contraditório em todas as etapas, em consonância com que prevêm o inciso LV, do art. 5º da Constituição Federal e a Lei nº 9.784/1999.

RICARDO RODRIGUES DE ALVARENGA
Diretor de Administração

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE ALAGOAS

EXTRATO DE CONTRATO Nº 3/2017 - UASG 158147

Nº Processo: 23041037404201618. PREGÃO SRP Nº 17/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CNPJ Contratado: 1203996600011. Contratado: LINK CARD ADMINISTRADORA DE -BENEFÍCIOS EIRELI - EPP. Objeto: Contratação de serviços de intermediação, administração e gerenciamento informatizados para o fornecimento de combustíveis para os veículos oficiais da Reitoria do IFAL. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações correlatas. Vigência: 13/01/2017 a 13/01/2018. Valor Total: R\$531.761,50. Fonte: 112000000 - 2016NE801292 Fonte: 112000000 - 2016NE801293 Fonte: 112000000 - 2016NE801294 Fonte: 112000000 - 2016NE801295 Fonte: 112000000 - 2016NE801296 Fonte: 112000000 - 2016NE801297. Data de Assinatura: 13/01/2017.

(SICON - 13/01/2017) 158147-26402-2016NE800005

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2017 - UASG 158147

Nº Processo: 23041037404201643. PREGÃO SRP Nº 17/2016. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CNPJ Contratado: 1203996600011. Contratado: LINK CARD ADMINISTRADORA DE -BENEFÍCIOS EIRELI - EPP. Objeto: Contratação de serviços de intermediação, administração e gerenciamento informatizados para o fornecimento de combustíveis

para os veículos oficiais do Campus Benedito Bentes do IFAL. Fundamento Legal: Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações correlatas. Vigência: 13/01/2017 a 13/01/2018. Valor Total: R\$265.931,50. Fonte: 112000000 - 2016NE801298 Fonte: 112000000 - 2016NE801299 Fonte: 112000000 - 2016NE801300 Fonte: 112000000 - 2016NE801301 Fonte: 112000000 - 2016NE801302 Fonte: 112000000 - 2016NE801303. Data de Assinatura: 13/01/2017.

(SICON - 13/01/2017) 158147-26402-2016NE800005

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 7/2017 - UASG 158147

Número do Contrato: 11/2012. Nº Processo: 23041005706201148. CONCORRÊNCIA SISPP Nº 16/2011. Contratante: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE CNPJ Contratado: 04645161000193. Contratado: CONSTRUTORA MVC LTDA - Objeto: Prorrogação do prazo de execução por mais 82 dias, de 05/11/2016 a 26/01/2017. Fundamento Legal: Art. 57, §1º, IV e VI, da L. 8.666/93. Data de Assinatura: 13/01/2017.

(SICON - 13/01/2017) 158147-26402-2016NE800005

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Campus Satuba do INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS, após diversas tentativas de contato sem sucesso com a Empresa SPOL COMÉRCIO ATACADISTA EIRELI - ME, CNPJ nº 17.792.488/0001-30, NOTIFICA a mesma por inexecução total da obrigação assumida através das Notas de Empenho nº 2015NE800352. Nesse sentido, tendo em vista a aplicação de penalidades de advertência e multa previstas no item 17 do Edital nº 01/2015, concede-se, em respeito à ampla defesa e contraditório, prazo de 05 (cinco) dias úteis para manifestação da empresa, a partir da data desta publicação. Processo Administrativo 23041.021063/2016-94.

FRANCISCO RAFAEL DA SILVA PEREIRA
Diretor-Geral
Substituto

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ CAMPUS MACAPÁ

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2017 - UASG 158159

Nº Processo: 23228001213. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de empresa para a prestação de serviço de manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de peças, componentes elétricos, eletrônicos e mecânicos em 03 (três) plataformas elevatórias das marcas PNNE Monte Modelo PL200 (01 unidades) e PNNE Hexcel Modelo Hardee 02 (duas) unidades, no Instituto Federal do Amapá - campus Macapá Total de Itens Licitados: 00002. Edital: 16/01/2017 de 08h00 às 12h00 e de 14h00 às 17h59. Endereço: Rod. Br-210, S/nº, Km 03, Bairro Brasil Novo MACAPÁ - AP ou www.comprasgovernamentais.gov.br/licitacao/158159-05-2-2017. Entrega das Propostas: a partir de 16/01/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 30/01/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Edital disponível no site www.ifap.edu.br ou a Br 210, km 03, S/N, Brasil Novo, Macapá - AP

RAILAN ANDREISON AMORAS DE FREITAS
Administrador

(SICON - 13/01/2017) 158159-26426-2017NE800013

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2016 - UASG 158142

Nº Processo: 23443028813201626. Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para contratação de empresa para o fornecimento de água mineral, gás e vasilhames, conforme descrição detalhada no termo de referência Total de Itens Licitados: 00003. Edital: 16/01/2017 de 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00. Endereço: Rua Ferreira Penna, 1109, centro MANAUS - AM ou www.comprasgovernamentais.gov.br/licitacao/158142-05-22-2016. Entrega das Propostas: a partir de 16/01/2017 às 08h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 27/01/2017 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br. Informações Gerais: Maiores informações pelo e-mail mateus.lima@ifam.edu.br

ANTONIO VENANCIO CASTELO BRANCO
Reitor

(SICON - 13/01/2017) 158142-26403-2017NE800013

CAMPUS PRESIDENTE FIGUEIREDO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2017 - UASG 158562

Nº Processo: 23386000051201714. Objeto: Contratação de empresa especializada em serviços de publicação no Diário Oficial da União. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: É inexigível para em-

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.